



PÚLPITOS DIGITAIS: UMA ANÁLISE TEÓRICA DO ATIVISMO POLÍTICO EVANGÉLICO E A CONSTRUÇÃO DE FAKE NEWS

Digital pulpits: a theoretical analysis of evangelical political activism and the construction of fake news

Púlpitos digitais: un análisis teórico del activismo político evangélico y la construcción de fake news

Francyel Aparecido Ribeiro de Almeida¹
Vera Lúcia Silva Vieira²

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórica sobre as engrenagens da desinformação no ambiente religioso evangélico dentro do ciberespaço brasileiro. O objetivo principal é articular referências conceituais importantes para analisar os modos de operação do ativismo político-religioso de lideranças evangélicas para construir, disseminar e legitimar narrativas de desinformação política. Ancorado na História do Tempo Presente e na História Digital, o trabalho aponta que essa desinformação opera por meio de uma “gramática religiosa” estruturada em três conceitos: “pânico moral”, “vilanização” e “guerra espiritual”, convertendo capital de crença religiosa em capital político-eleitoral. Ao delimitar o foco na articulação de reflexões teóricas, o artigo busca contribuir para a compreensão e a sistematização do fenômeno das *fake news* de cunho confessional no campo da historiografia.

Palavras-chave: Púlpito digital. Desinformação. Ciberespaço. Política. Ativismo Evangélico.

Abstract: This article proposes a theoretical reflection on the mechanisms of disinformation within the evangelical religious milieu in Brazilian cyberspace. The primary objective is to articulate key conceptual frameworks to analyze the modus operandi of political-religious activism by evangelical leaders in constructing, disseminating, and legitimizing political disinformation narratives. Grounded in the History of the Present and Digital History, this study argues that such disinformation operates through a “religious grammar” structured around three core concepts: “moral panic”, “villainization”, and “spiritual warfare”, thereby converting religious belief capital into political-electoral capital. By focusing on the articulation of

¹ Graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG). Graduando do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Catalão, UFCAT. E-mail: francyel.almeida@discente.ufcat.edu.br; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7496412851291339>.

² Docente do Instituto de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Catalão e do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional. E-mail: vera.vieira@ufcat.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0735886730829826>; Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1368-7855>.

theoretical reflections, this article seeks to contribute to the understanding and systematization of the phenomenon of confessional *fake news* within the field of historiography.

Keywords: Digital pulpit. Disinformation. Cyberspace. Politics. Evangelical activism.

Resumen: Este artículo propone una reflexión teórica sobre los mecanismos de la desinformación en el entorno religioso evangélico dentro del ciberespacio brasileño. El objetivo principal es articular referentes conceptuales claves para analizar los modos de operación del activismo político-religioso de los liderazgos evangélicos destinados a construir, difundir y legitimar narrativas de desinformación política. Fundamentado en la Historia del Tiempo Presente y en la Historia Digital, el trabajo señala que dicha desinformación opera mediante una “gramática religiosa” estructurada en tres conceptos: “pánico moral”, “villanización” y “guerra espiritual”, convirtiendo el capital de creencia religiosa en capital político-electoral. Al delimitar su enfoque en la articulación de reflexiones teóricas, el artículo busca contribuir a la comprensión y sistematización del fenómeno de las *fake news* de carácter confesional en el campo de la historiografía.

Palabras clave: Pulpito digital. Desinformación. Ciberespacio. Política. Activismo evangélico.

Introdução

O presente artigo é fruto de pesquisa interdisciplinar em andamento e propõe uma reflexão teórica sobre a atuação política de lideranças evangélicas no ciberespaço brasileiro. Em um contexto marcado pela eclosão de pautas conservadoras e pelo fortalecimento de tendências autoritárias no Brasil, além do acirramento de disputas em torno do passado, dos avanços negacionistas e de ataques à docência e às humanidades, percebe-se que a fé extrapolou o espaço puramente eclesástico e se integrou à lógica de mercado das plataformas digitais. Trata-se do processo conceituado por Cunha (2019) como a “midiatização da religião”, que transformou as redes sociais, antes voltadas para o entretenimento e à sociabilidade cotidiana, em autênticos púlpitos digitais, isto é, novos palcos para disputas ideológicas e engajamento político-eleitoral.

A importância desse ecossistema justifica-se pela centralidade das redes digitais no ambiente informacional contemporâneo, visto que tais plataformas atuam como um dos principais meios de consumo de informação política no país (Datsenado, 2022). É sob essa lógica algorítmica e de rede que se consolida o conceito de “pulpito digital”, termo que aqui se apresenta como um desdobramento teórico do clássico “pulpito eletrônico” das concessões de rádio e televisão (Silva; Nalini, 2015). Nessa nova configuração virtual, o prestígio e a autoridade simbólica que lideranças eclesásticas acumulam no espaço físico são transpostos e

amplificados no ciberespaço³. Sem a necessidade de mediações institucionais tradicionais, esses canais viabilizam a conversão rápida do capital religioso em capital político-eleitoral, transformando a comunhão confessional em um potente vetor de mobilização e militância ideológica.

Essa transposição e consequente dispensa de mediações tradicionais encontram respaldo historiográfico fundamental nas reflexões do historiador francês Roger Chartier, sobretudo nas reflexões sobre as mutações da cultura escrita no ambiente digital. Na obra *Os desafios da escrita* (2002), o autor adverte que a tela do dispositivo digital opera um nivelamento radical dos discursos: ao contrário do mundo impresso, no qual a autoridade de um texto era imediatamente identificada pelo seu suporte material, diferenciando visual e fisicamente um jornal de prestígio, um livro científico e um panfleto apócrifo, no ciberespaço todos os enunciados assumem a mesma aparência e circulam na mesma superfície. Essa indiferenciação dos suportes e formatos gera uma profunda crise nos filtros tradicionais de legitimação da verdade, tais como a imprensa, a universidade e as instituições democráticas, permitindo que discursos desinformativos construídos sob uma retórica religiosa ganhem o mesmo status de veracidade e, frequentemente, de forma mais veloz.

Nesse sentido, o problema central que direciona este artigo consiste em compreender de que maneira a desinformação de matriz confessional é articulada e legitimada nos chamados “púlpitos digitais” no âmbito do debate eleitoral brasileiro contemporâneo. O objetivo principal é articular as bases teóricas necessárias para compreender as dinâmicas discursivas que viabilizam o que Bentes e Souza-Santos (2023) categorizam como “produção textual disruptiva”, isto é, mensagens e narrativas forjadas intencionalmente para fragmentar o debate democrático e desestabilizar a confiança nas instâncias tradicionais da democracia. Importante ressaltar que o presente trabalho se debruça sobre aspectos teóricos e conceituais, a revisão de literatura e a interpretação conceitual desse fenômeno, sem a pretensão de realizar, neste momento, análises diretas de mídias, catalogação visual de imagens ou escrutínio técnico de perfis específicos de redes sociais.

³ O termo é compreendido a partir da formulação de Pierre Lévy (2010), que define o ciberespaço não apenas como a infraestrutura técnica resultante da interconexão mundial de computadores, mas como o próprio meio de comunicação, interação e sociabilidade humana, configurando um ambiente aberto para a circulação contínua de discursos, informações e disputas simbólicas.

A hipótese central do trabalho é que essa desinformação de matriz confessional opera como um dispositivo de dupla legitimação: de um lado, mobiliza pânico morais para respaldar um projeto político conservador e desgastar as instituições democráticas; de outro, retroalimenta a autoridade de líderes religiosos como porta-vozes legítimos de suas comunidades de fé no espaço público. Trata-se de uma dinâmica discursiva insubordinada, tecnologicamente viabilizada e potencializada pela arquitetura algorítmica e de engajamento das grandes corporações de tecnologias, as chamadas *big techs*⁴.

Ancorado nas perspectivas da História do Tempo Presente e da História Digital, o artigo dialoga diretamente com as discussões teóricas acerca do ciberespaço, compreendido como um campo que reconfigura a produção do conhecimento histórico e acelera os impactos políticos e culturais das tecnologias contemporâneas (Brasil; Nascimento, 2020). A partir do diálogo com a História Digital é possível mobilizar uma lente crítica para pensar as transformações e os desafios na produção do conhecimento historiográfico, sobretudo, quando relacionado à ampla circulação de discursos em rede. Desse modo, ao investigar conceitualmente o fenômeno dos púlpitos digitais, busca-se contribuir para a ampliação das fronteiras do ofício do historiador, instrumentalizando a teoria para lidar com os complexos desafios hermenêuticos do tempo presente bem como contribuir para o debate sobre um tema urgente e indispensável na contemporaneidade, afinal, os avanços tecnológicos não constituem mera transformação técnica, implicando mudanças nas formas como as pessoas comunicam-se e experimentam a realidade.

Esta reflexão fundamenta-se por sua urgência social, tendo em vista os impactos profundos do ciberespaço na criação e circulação de discursos, afetos e representações políticas. Embora se observem avanços importantes na historiografia, a interconexão teórica entre o ativismo religioso, a consolidação das plataformas virtuais e a desinformação ainda se configura como um tema pouco explorado no campo da História Digital e da História como um todo. A compreensão dessa dinâmica conceitual é de fundamental importância para a reflexão crítica

⁴ As *Big Techs* são grandes corporações de tecnologias que gerenciam o ecossistema digital e as plataformas de redes sociais. Conforme Cathy O'Neil (2020), esses grupos econômicos exercem sua influência por meio de "caixas-pretas inacessíveis", cujos algoritmos são programados para gerar lucro por meio da mercantilização da atenção. Para manter e ampliar sua audiência, as *Big Techs* favorecem estruturalmente a circulação de conteúdos que despertem reações emocionais extremas, como a raiva, o medo e a indignação, sequestrando e dividindo a atenção da sociedade em bolhas polarizadas que facilitam a manipulação ideológica e a disseminação de pânico morais.

acerca dos mecanismos de matriz confessional que agravam a polarização e tensionam as instituições democráticas no país.

As narrativas de *fake news* com conotação religiosa não representam, necessariamente, uma complexa arquitetura de falsificação. Pelo contrário, sua eficácia reside na mobilização de uma “gramática religiosa” (Guadalupe, 2020) simples e inerente ao contexto evangélico, mas que é capaz de capturar e codificar o debate eleitoral sob o prisma da fé. Essa matriz discursiva opera articulando, de forma coordenada, três eixos conceituais centrais: “pânico moral” (Oliveira *et al.*, 2022) como gatilho de reação conservadora; “vilanização” (Sousa *et al.*, 2024) voltada para desumanizar o adversário político; e a “guerra espiritual” (Burity, 2020), que busca transladar o processo democrático institucional para o campo transcendental de uma batalha teológica.

A genealogia e a dispersão da desinformação

Pode-se dizer que a desinformação, como instrumento político decorrente do campo do ativismo digital no Brasil remonta ao pleito de 2010, período em que redes de blogs e sites atuavam estrategicamente para manipular a opinião pública (Gragnani, 2018). Entretanto, para Dourado (2020), as eleições de 2018 e 2022 marcaram a propagação dessa prática, sendo estimuladas pelos aportes financeiros e pelo aprimoramento tecnológico das plataformas digitais e dos aplicativos de mensagens. Convém ressaltar ainda que a articulação entre política e religião não é fenômeno novo no Brasil, uma vez que desde o final dos anos 1980 há uma crescente atuação de setores evangélicos na cena política institucional (Pierucci, 1996).

A ascensão de *fake news* oculta uma acirrada disputa pela reescrita do passado nacional, marcada pela intensificação de “guerras de memória” e difusão de negacionismos históricos que visam legitimar agendas autoritárias no tempo presente (Vieira; Nunes, 2018). Parte dessa reação conservadora pode ser localizada entre anos 2012 e 2014, período de atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que teve por finalidade investigar e esclarecer as violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro no período de 1946 a 1988, porém, sem poder de punição. Ao investigar a memória e a verdade sobre as violências da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o Estado brasileiro despertou múltiplas “guerras de memórias”. Em contrapartida aos avanços em relação à constituição de políticas de memória acerca do passado violento da ditadura, diferentes grupos, redes e sociabilidades que

extrapolaram os âmbitos militares, passaram a se organizar a partir do uso da internet e de outras tecnologias digitais com a finalidade de falsificar e distorcer as evidências e os fatos historicamente comprovados (Pereira, 2015).

Além disso, nesse ambiente virtual, livre de sanções sociais diretas, o ressentimento de setores tradicionais contra as políticas de inclusão da década de 2010 fundiu-se a uma herança política autoritária, estimulando a criação de falsos inimigos internos (Almeida, 2020; Pereira, 2023). A consolidação dessa base social ocorreu mediante a formação de *contra-públicos*⁵ digitais (Rocha, 2021), os quais se valeram da política do choque, do humor hostil e da chamada estética da “zoeira” para normalizar a agressividade e banalizar a intolerância, disfarçando o discurso de ódio de irreverência juvenil (Grassioli, 2020).

Por último, com o objetivo de unificar esse descontentamento até então isolado nas redes sociais, esse grupo político-religioso utilizou a difusão de falsos alarmes morais, como o “pânico moral”, a exemplo do boato do “*kit gay*” (Oliveira *et al.*, 2022). Tal manobra estratégica deslocou o debate público da esfera racional para a do desespero emocional, conferindo autorização e justificativa moral para a agressividade contra determinados grupos sob o pretexto de defesa da família tradicional brasileira (Almeida, 2020; Grassioli, 2020). Desse modo, a partir da legitimação moral dessa intolerância, o ódio social consolidou-se como força eleitoral e as *fakes news* foram validadas como método de fazer política, pavimentando o terreno sobre o qual a desinformação religiosa iria operar.

Ativismo evangélico: fé, política e desinformação

A desinformação, enquanto método político no Brasil contemporâneo, está diretamente associada a uma reconfiguração do ativismo evangélico-pentecostal. Esse segmento religioso deixou de restringir sua atuação à defesa de interesses corporativos e eclesiásticos e passou a disputar ativamente a redefinição das fronteiras morais e públicas do Estado (Carranza, 2020). Esse novo movimento político busca impor uma agenda moral à toda sociedade civil, testando os limites históricos que defendem o Estado laico e a convivência democrática. Nota-se, contudo, que esse avanço incisivo no debate público não espelha a realidade de todo o campo evangélico, tendo em vista a diversidade do campo e as diferentes formas de articulação entre

⁵ O termo “contra-públicos” é utilizado por Camila Rocha (2021) para identificar espaços virtuais alternativos de embate de ideias (como redes sociais, blogs etc.) criados por grupos que se sentiam sem representatividade na esfera pública. Nesses circuitos, agentes articulam identidades comuns e fazem circular ideias por meio de linguagens internacionalmente disruptivas e chocantes, chamadas de “política do choque”, buscando romper barreiras culturais e projetar suas reivindicações para os demais segmentos da sociedade.

religião e política, coexistindo, ao mesmo tempo, agendas e setores conservadores e progressistas.

O cenário atual sobre o qual a pesquisa se debruça, marcado pela articulação fé, política e desinformação, é fruto do triunfo de uma agenda de poder conservadora, capitaneada por quem se autoproclama a elite pastoral e política do país. Segundo Burity (2020), ao silenciar quem discorda, esse grupo dominante mascara a pluralidade das igrejas. O objetivo é fabricar a imagem de um rebanho coeso, utilizando a defesa da fé como pretexto para atitudes políticas extremas.

Para expandir esse projeto hegemônico em escala nacional, essas lideranças encontraram no ciberespaço a infraestrutura ideal, um fenômeno impulsionado pelo processo de “midiatização da religião” (Cunha, 2019), em que a própria dinâmica da fé não apenas utiliza a internet como ferramenta, mas se subordina à lógica mercadológica e de visibilidade contínua das plataformas digitais. A religião converte-se, assim, em uma máquina autônoma de difusão de conteúdos políticos. O objetivo central dessa articulação comunicacional é transferir o prestígio acumulado no interior dos templos diretamente para a disputa eleitoral republicana. Essa intencionalidade evidencia a ambição de poder por trás da ascensão dessas lideranças na esfera pública: a principal mudança no ativismo reside na monetização eleitoral da fé, conforme esclarece o sociólogo José Luis Pérez Guadalupe (2020, p. 19):

Portanto, acreditamos que a grande novidade dessas últimas décadas não seja, *stricto sensu*, a incursão da religião na política latino-americana, uma vez que sempre houve relação entre elas; mas a substituição dos católicos experientes pelos “novos cristãos” (os evangélicos) nesse relacionamento. Os evangélicos, na prática, são os novos atores religiosos da política latino-americana, e isso ocorre porque certos líderes evangélicos pretendem estender sua militância religiosa à esfera pública e converter o seu “capital religioso” em um rentável “capital político”.

Amparada por essa lógica de conversão de capital, nota-se que a elite político-pastoral não age de forma improvisada, mas sustenta a sua eficácia sobre um tripé institucional autônomo composto por igreja, mídia e política (Guadalupe, 2020). Operando sob essa estrutura, as lideranças religiosas passam a disputar a mediação e a dependência de partidos políticos tradicionais, uma vez que elas mesmas detêm o controle direto sobre determinados grupos, garantindo a sua própria influência legislativa de maneira independente.

Nesse cenário de reconfiguração de poder, a ocupação do espaço público também sofre uma atualização estratégica: o histórico “púlpito eletrônico”, antes ancorado nas concessões de rádio e televisão, cede lugar ao púlpito das redes sociais (Silva; Nalini, 2015). A eficácia desse novo ecossistema virtual reside em sua capacidade ímpar de digitalizar os laços de confiança mútua e a capilaridade social forjados originariamente nas igrejas físicas (Fonseca, 2020). Nas redes, o conteúdo político-religioso circula organicamente, o que blindas as narrativas das lideranças contra o contraditório.

Com o propósito de converter essa rede de credibilidade em força eleitoral concreta, esses líderes religiosos recorrem constantemente a gatilhos afetivos. Segundo Boas (2020), o mecanismo mais comum é o estabelecimento de um ambiente de alarmismo social, persuadindo seus fiéis de que os valores cristãos estariam encurralados por uma conduta laica e progressista. Dessa forma, o temor quanto ao desaparecimento das tradições e valores cristãos termina por anular o debate sensato, atuando como um elo que vincula forçadamente o eleitorado conservador aos seus ministros.

Imersa nessa guerra moral contínua e digitalizada, a desinformação com conotação religiosa perde o caráter de ruído isolado e revela-se como uma autêntica “produção textual disruptiva” (Bentes; Souza-Santos, 2023). Essa estrutura opera de modo intencional para desgastar a credibilidade de mediadores seculares clássicos, tais como a imprensa profissional e a justiça. O objetivo final desse desgaste é promover a eliminação da mediação no debate público, instaurando um vácuo de autoridade em que a elite político-pastoral se consolida como a única via segura para a condução da verdade aos seus seguidores.

A gramática de desinformação religiosa: pânico moral, vilanização e guerra espiritual

Os discursos que circulam nos púlpitos digitais contemporâneos não representam um fenômeno inédito, tampouco uma adaptação improvisada para os pleitos eleitorais recentes. Pelo contrário, as disputas narrativas observadas no ciberespaço constituem mais um desdobramento de um projeto de poder político-religioso estruturado há décadas, desde os anos 1990: uma transição contínua que se estende do púlpito físico tradicional, perpassando pelo rádio e pela televisão (púlpito eletrônico) e culminando com o uso da internet e das redes sociais online (púlpito digital). Esse ecossistema virtual possibilita uma expansão sem precedentes da influência política das lideranças eclesiais, caracterizada pela ausência de mediação e de filtros institucionais clássicos.

Sob essa perspectiva analítica, ao examinar as táticas de ativismo digital das lideranças evangélicas conservadoras, nota-se uma estratégia consistente voltada para o distanciamento dos fiéis da esfera pública convencional e para a conversão do engajamento comunitário em militância política ativa. Em conformidade com Pérez Guadalupe (2020), essa transposição da autoridade eclesiástica para o debate cívico ilustra um projeto de ampliação da influência confessional sobre o Estado, operando a conversão do capital de crença religiosa em capital político-eleitoral. Nesse cenário, a fé passa a adquirir o peso de uma moeda eleitoral.

As investigações sobre o ativismo evangélico nas redes sociais sinalizam que a disseminação da desinformação transcende um mero equívoco individual de recepção por parte do eleitorado. Os discursos propagados nesses novos púlpitos operam um choque estrutural na credibilidade das instituições públicas. Ao deslegitimar de forma recorrente o sistema eleitoral e invalidar o jornalismo profissional, a desinformação de matriz religiosa funciona como uma tática de desestabilização democrática. É justamente essa faculdade de provocar crise institucional e desgaste democrático que Bentes e Souza-Santos (2023) qualificam como uma produção textual disruptiva. A desinformação busca desequilibrar as bases do debate racional, instaurando um ambiente de incertezas, no qual a validação dos fatos perde a credibilidade diante da potência das emoções inflamadas.

Esse enfraquecimento das instituições públicas serve a um objetivo estratégico: a supressão dos órgãos convencionais dos fatos. O discurso observado nas redes sociais estimula ataques à credibilidade da ciência e da imprensa profissional para instituir uma ausência intencional de autoridade. Ao discutir como essa estratégia ofensiva organiza a circulação da informação no debate público, Bentes e Souza-Santos (2023, p. 15-16) propõe uma conceituação sobre a finalidade desse ecossistema de desinformação:

Ao mesmo tempo em que buscam a deterioração especialmente dos campos jornalístico e político, os atores sociais responsáveis por essa produção textual massiva também buscam estabelecer a inserção e a legitimação de novos atores e de outras trajetórias nesses campos, especialmente por meio da desintermediação, instaurando um ambiente de disputa de “vida ou morte” no espaço social, disputa esta que parece estar em seu ápice no Brasil. Nesse sentido, a produção textual em larga escala, diversa, e encenada como desintermediada, constitui-se como um importante instrumento tanto para manter esse ambiente de disputa como também para dar continuidade aos processos de inserção e de legitimação/deslegitimação dos diversos atores nos/dos diversos campos sociais.

De acordo com os autores, ao afastar os mediadores institucionais, o púlpito digital aparece como o único porto seguro para a comunidade religiosa. Neste contexto de caos informacional, o líder religioso surge não apenas como uma referência de fé, mas também, como um importante mediador da verdade política. Distante das instituições profissionais de informação, o eleitor religioso passa a consumir somente as diretrizes eleitorais do pastor com a mesma reverência inquestionável de um sermão. Deste modo, nota-se uma infraestrutura de influência pronta e blindada contra o contraditório, faltando apenas um impulso emocional necessário para colocar os fiéis em movimento.

Contudo, esse ecossistema desinformativo necessita de um gatilho propulsor de forte apelo psicossocial para atingir a sua máxima capilaridade e engajar multidões. O conteúdo enganoso não atinge o auge de sua circulação apenas pela veiculação de boatos e mentiras, mas, fundamentalmente, quando consegue capturar a emoção do fiel votante. Na articulação discursiva dos púlpitos digitais, observa-se uma tática deliberada de substituir o ensinamento/direção sobre assuntos comuns como saúde, economia ou infraestrutura, por temas que transmitem um sentimento de medo coletivo. Os fiéis são levados a crer que suas famílias e seus dogmas de fé estão sob o risco iminente de destruição por forças laicas ou estatais. Essa ativação do medo coletivo, configurada para induzir posturas reacionárias, evidencia a estratégia de instrumentalização do medo, identificada como pânico moral, utilizada para suspender o juízo racional de seus fiéis e engajá-los na propagação cega de mentiras (Oliveira *et al.*, 2022).

Sob a perspectiva da história, o ativismo evangélico consolidou-se como um movimento de autodefesa contra ameaças reais de perseguição física, agressões e fechamento de templos, vividos num contexto em que o Estado brasileiro não era laico (Boas, 2020). Em contrapartida, no contexto atual, no qual o ciberespaço testemunha uma virada histórica, o perigo agora é invisível e ronda os lares e as escolas, evidenciando uma guinada de rumo, que sinaliza para um mal maior e alvo predileto desse ecossistema de desinformação: as questões de gênero e os valores morais. Diante desse contexto, Taylor Boas (2020) apresenta uma explicação para essa transição, expondo teoricamente como essas motivações eleitorais avançam para o cenário dos costumes e das tradições:

Apesar da importância histórica das ameaças à liberdade religiosa, nos últimos anos, questões relacionadas a valores morais acabaram sendo mais relevantes para a participação eleitoral evangélica. Embora essas questões não representem uma ameaça existencial para os evangélicos, como as restrições à liberdade de culto, certos grupos conservadores os percebem como um ataque a seu estilo de vida tradicional, realizado em grande parte por uma sociedade cada vez mais progressista e secular (Boas, 2020, p. 118-119).

Na dinâmica discursiva desses púlpitos digitais, nota-se a centralidade quase exclusiva conferida às pautas morais. Discursos recorrentes sobre o suposto “*kit gay*” ou “ideologia de gênero” são mobilizados de forma repetitiva justamente para expô-los como graves perigos que visam corromper a moral do cristão e a inocência infantil. Contudo, esse sentimento de urgência não se desenvolveu de forma espontânea nas igrejas brasileiras, uma vez que essa sensibilidade foi arquitetada verticalmente. Para Burity (2020), tal conjuntura é dirigida por uma elite de legisladores e líderes religiosos responsáveis por canalizar um projeto político reacionário e alinhado ao conservadorismo transnacional. Do mesmo modo, pode-se compreender que esse cenário de pânico coletivo fora forjado justamente para apresentar esses mesmos líderes religiosos⁶ como baluartes da moral cristã no país.

Condicionado por uma conjuntura de iminente destruição, o fiel incorpora uma ilusória agência histórica na qual a consciência democrática sofre uma inflexão e cede lugar à urgência de proteção comunitária. Oliveira *et al.* (2022) utiliza, com ironia, o termo empoderamento para demonstrar essa falsa sensação de protagonismo político, no qual o fiel eleitor se considera um herói elevado para defender sua fé e sua família, porém, essa falsa convicção de proteção, advinda de uma falsa sensação de legitimação moral enviada por Deus, torna o fiel movido por paixões políticas. Em face disso, sente-se autorizado a compartilhar mentiras nas redes, visto que a paixão política substitui a verificação documental. Diante desse cenário, nota-se que o fiel eleitor, em conjunto com um corpo confessional virtual, fica condicionado pelo ecossistema da desinformação para a luta contra vilões específicos: a esquerda, pautas progressistas e instituições de mediação democrática (Sousa *et al.*, 2024).

Desse modo, o pânico moral é inviável a longo prazo: o medo fabricado necessita de um endereço físico, visto que na produção textual massiva a ansiedade compartilhada sobre a

⁶ O pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, desponta como exemplo emblemático dessa dinâmica, mobilizando sua expressiva projeção digital para catalisar campanhas morais e posicionar-se como tutor da moralidade cristã no debate público nacional.

perda de valores de fé é convertida em um alvo palpável para gerar mobilização eleitoral. O imaginário social, já vulnerável por uma cultura do medo, encontrou sua personificação no campo político da esquerda. Neste contexto, o adversário já não é retratado apenas como um oponente político, mas enquadrado regularmente como um agente do mal, pronto para arruinar a família tradicional e os costumes cristãos (Sousa *et al.*, 2024).

Esse deslocamento da responsabilidade abandona o debate democrático para desumanizar o oponente. Tática que consiste em esvaziar o adversário de qualquer legitimidade democrática, transformando-o em uma ameaça intolerável que não deve apenas ser vencida nas urnas, mas erradicada do espaço público. Essa tentativa de apagamento histórico ganha contorno teóricos na formulação de Sousa *et al.* (2024, p. 99), em que os autores propõem o conceito de vilanização, como característica fundamental desse ecossistema de desinformação:

Pelo processo de vilanização, figuras públicas, organizações e (ou) grupos são desumanizados e demonizados, sendo a eles atribuídas ações que colocariam em risco valores e crenças do público-alvo da desinformação posicionado, em muitas dessas narrativas mentirosas, como vítima. Tal vilanização opera também na descredibilização da figura do herói. Assim, trata-se mais de endossar o Mal que há no Outro, do que, propriamente, de ressaltar as qualidades de quem se busca beneficiar.

Nessa prática discursiva do púlpito digital, a vilanização atinge seu auge ao relacionar o campo progressista e a imprensa profissional a um mal absoluto. As publicações agem vinculando a esquerda ao satanismo, à pedofilia e a projetos de criminalização da fé, como o suposto fechamento de igrejas. Ao converter a oposição política na encarnação de forças diabólicas, a disseminação intencional de *fake news* retira do adversário as regras de convivência democrática. A pesquisa de Sousa *et al.* (2024) valida essa constatação ao mostrar empiricamente que a esquerda foi fixada como a vilã ontológica do abrangente volume de dados enganosos direcionados ao eleitorado cristão.

O desdobramento desse processo revela uma fratura epistemológica irregular, essas campanhas de desinformação não utilizam o mesmo gatilho propulsor para construir um “herói” impecável ou exaltar propostas; toda sua energia retórica é canalizada para a destruição do vilão. Assim, o desequilíbrio criado pelo ativismo evangélico mostra que a disputa eleitoral, para esse grupo, é vista como uma questão de sobrevivência moral. Com o adversário político desumanizado e destituído de direitos políticos, a mentira, na forma de hostilidade, ganha uma proteção de heroísmo (Sousa *et al.*, 2024). Desta forma, o imaginário social está devidamente

pavimentado para o postulado máximo de aniquilação: a decretação de uma guerra espiritual (Guadalupe, 2020).

A vilanização do adversário político não se justifica apenas pela animosidade político-religiosa-ideológica, ela demanda uma reelaboração simbólica profunda. O discurso mobilizado conclama o fiel eleitor a abraçar uma cruzada messiânica; salvar a nação de um declínio ético e transcendental. Ao elevar a eleição a um embate teológico, a luta do bem contra o mal, a difusão calculada de desinformação converteu-se em prática relativizada e incentivada pelo eleitorado religioso, funcionando sob o pressuposto, de que em uma guerra santa, qualquer arma se torna divinamente justificada (Guadalupe, 2020).

Essa reelaboração simbólica do confronto político ancora-se em uma matriz teológico-político mobilizada por segmentos neopentecostais para edificar seu projeto de poder. Ao examinar a teologia da guerra espiritual, Pérez Guadalupe (2020) argumenta que esse movimento promoveu uma inflexão decisiva: o mal, outrora circunscrito à possessão individual, passou a ser projetado espacialmente a instituições, gabinetes de governo e partidos políticos. Deste modo, configurou-se um processo de demonização integral do espaço público. Na gramática da desinformação, conforme evidenciam os resultados de Sousa *et al.* (2024), esse arcabouço teórico converteu-se em prática, pela vinculação sistemática da esquerda e da mídia tradicional ao imaginário satânico, disseminando, entre a base eleitoral, a crença de que entidades malignas buscavam tomar o controle do Estado.

O desdobramento prático de catequizar o eleitorado no sentido de que a esfera secular está sob o domínio demoníaco consiste na legitimação de uma cruzada hostil para resgatá-la do domínio do inimigo. É precisamente nesse momento que a guerra espiritual converge para a teologia do domínio (ou reconstrucionismo cristão), corrente ideológica, segundo a qual os crentes estariam predestinados a assumir as instâncias de poder secular, como a presidência da república e os ministérios. Ao analisar a inédita configuração e o risco antidemocrático dessa postura, Pérez Guadalupe (2020) conceitua o modo pelo qual o reconstrucionismo confere a legitimação teológica para a tomada do Estado:

Na realidade, o reconstrucionismo não é uma proposta totalmente nova, pois suas bases teológicas foram originalmente formuladas em círculos calvinistas ultraconservadores e, mais tarde, recuperadas por ativistas políticos carismáticos e neopentecostais em busca de uma legitimidade teológica para conquistar o poder sob uma suposta superioridade moral evangélica e a subordinação do sistema legal do Estado às leis bíblicas. Essas correntes não apenas validam o neoliberalismo americano – como sistema econômico e político – mas oferecem uma suposta base religiosa e uma visão de mundo cristã que apoiam essa conquista de poder por parte dos líderes religiosos evangélicos (Guadalupe, 2020, 54-55).

Do mesmo modo, pode-se agora definir o que é a teologia de domínio, corrente responsável por essa corrosão da democracia:

O reconstrucionismo cristão em sua forma pura é um movimento radical que nunca foi amplamente aceito. Fundado por Rousas J. Rushdoony, um presbiteriano ultraconservador, o reconstrucionismo, teonomia ou teologia de domínio, como é chamado indiscriminadamente, defende uma teoria econômica ultraconservadora e pede uma teocracia que inclua o restabelecimento da lei civil do Antigo Testamento. (Marsden *apud* Guadalupe, 2020, p. 55).

A partir da gramática religiosa presente nas eleições de 2022, é possível compreender o púlpito digital como um dispositivo de articulação discursiva voltado para a corrosão das instituições democráticas. Distante de ser uma manifestação tecnológica casual ou um simples desvio de conduta, movido pela paixão passageira, o caos informacional constatado por muitos estudiosos revelou-se um projeto arquitetado de ascensão ao poder e de corrosão democrática. Ao articular a ruptura (Bentes; Souza-Santos, 2023), fabricar pânico moral (Boas, 2020; Oliveira *et al.*, 2022) em torno da instituição familiar, promover a vilanização (Sousa *et al.*, 2024) sistemática do adversário político e conferir credibilidade a essas violências sob o pretexto da guerra espiritual, lideranças religiosas instrumentalizaram o ciberespaço. A desinformação consolidou-se, assim, como instrumento decisivo para converter a autoridade eclesiástica em um capital-eleitoral incontestado e corrosivo (Guadalupe, 2020).

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo propor algumas reflexões sobre as ações político-religiosas de lideranças evangélicas no ciberespaço. Nesse sentido, o objetivo principal consistiu em explorar bases conceituais e teóricas que possibilitem a apreensão das estratégias discursivas articuladas para forjar, propagar e legitimar as narrativas de *fake news* com conotação religiosa. A partir da literatura sobre o tema foi possível refletir sobre os dispositivos dessa lógica processual que atua para produzir o que se denomina como uma “produção textual

disruptiva” (Bentes; Souza-Santos, 2023). Nesse sentido, o estudo, ainda em andamento, buscou dialogar com pesquisas acerca da intersecção entre religião e política, demonstrando que as narrativas de desinformação são fabricadas propositadamente, não apenas para fragmentar o debate democrático, mas sobretudo para desestabilizar a confiança pública nos órgãos governamentais e na imprensa profissional.

Centrando, em parte, na revisão crítica da literatura, os resultados iniciais alcançados por meio da investigação conduzida até aqui demonstram que a propagação de conteúdos desinformativos ultrapassou o caráter de simples distorção na comunicação ou erro casual por parte do eleitorado evangélico. Apurou-se, por outro lado, a presença de uma estratégia premeditada, alicerçada na instrumentalização de uma “gramática religiosa da desinformação” (Guadalupe, 2020). O estudo sinaliza que essa estrutura discursiva se fundamenta, por enquanto, em três eixos articulados para mobilizar sua base de apoio: num primeiro momento, utilizou-se o conceito de “pânico moral” (Oliveira *et al.*, 2022) que atuou mediante a instrumentalização do medo coletivo diante de supostas ameaças aos valores tradicionais da fé evangélica e da família cristã, conforme ilustra o discurso recorrente do “*kit gay*”. Em seguida, detectou-se o segundo eixo, a “vilanização” (Sousa *et al.*, 2024) do adversário político, recurso retórico mobilizado para desprover a vertente progressista de sua credibilidade política ao associá-la a representações demoníacas. Finalmente, o terceiro eixo, a “guerra espiritual” (Burity, 2020), que converteu o cenário eleitoral em uma batalha de cunho escatológico entre forças opostas e de ordem transcendente.

Sob essa perspectiva, é possível pensar que a desinformação religiosa desempenhou o papel de dupla validação. O ciberespaço propiciou a estrutura favorável a tal fenômeno, consolidando a instrumentalização das plataformas digitais como legítimo púlpito digital. Depreende-se que esse ecossistema virtual foi utilizado intencionalmente com o propósito de isolar a comunidade de fiéis do exame crítico da grande imprensa e dos canais de mediação democrática, tendo por consequência a instauração da desordem informacional sistêmica. Todavia, o propósito final residiu na conversão do capital religioso em capital de voto. Nesse sentido, acredita-se que esse mecanismo atua para transformar o capital religioso acumulado pela liderança religiosa em um instrumento de capital político, assegurando o domínio simbólico sobre a postura política de sua comunidade de fiéis e blindando-os contra qualquer manifestação de discordância.

As reflexões teóricas aqui apresentadas não esgotam a complexidade da intersecção entre religião, política e o campo digital, mas apontam direções urgentes para estudos futuros. Longe de esgotar a temática, o presente artigo buscou apreender reflexões teóricas que possibilitam a análise de discursos políticos religiosos. Verifica-se que a instrumentalização do predomínio confessional pentecostal em uma potencializada influência política representa uma tensão persistente para a preservação da secularização do Estado e da estabilidade democrática. Diante da observação de que a fé está sendo mobilizada como um projeto de poder autoritário, reforça-se a importância de pesquisas no campo da história no sentido de desmistificar a estrutura deste sistema discursivo de desinformação religiosa constituída pelos “púlpitos digitais”, para que a historicidade dos acontecimentos possa ser resguardada e problematizada.

Referências

- ALMEIDA, G. S. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 720-731, set./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p720>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- BENTES, A. C.; SOUZA-SANTOS, J. E. Fake news como produção textual disruptiva: os abalos nos campos sociais. **Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 65, p. 1-18, 2023. DOI: 10.20396/cel.v65i00.8673341. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8673341>. Acesso em: 05 jul. 2026.
- BOAS, T. C. A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 113-130.
- BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- BURITY, J. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: PÉREZ GUADALUPE, J. L.; CARRANZA, B. (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-215.
- CARRANZA, B. Evangélicos: novo ator político. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (Org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 171-192.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

- CUNHA, M. N. Os processos de midiatisação das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. e30691, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.1.30691>. Acesso em: 11 jun. 2026
- DATASENADO. **Panorama Político 2022**: O cidadão e o Senado Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/panorama-politico-2022>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- DOURADO, T. M. S. G. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020. 308 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31967>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- FONSECA, A. B. Mídias, religiões e política no Brasil de **Bolsonaro**. In: **GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (Orgs.). Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 309-326.
- GRAGNANI, J. Exclusivo: investigação revela como blog defendia Dilma com rede de fakes em 2010. **BBC News Brasil**, Londres, 9 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43343360>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- GRASSIOLLI, I. Os entusiastas da nova direita: Danilo Gentili e o Desumaniza Redes. In: SANTOS, M. A. M. B.; MIRANDA, J. E. B. (Org.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. p. 131-160. (Coleção Singularis, v. 9).
- GUADALUPE, J. L. P. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (Org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia**. Santo André, SP: Rua do Sabão, 2020.
- OLIVEIRA, G. A. L. *et al.* A construção discursiva do “kit gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro. **Paralellus: Revista de Estudos de Religião**, Recife, v. 13, n. 32, p. 179–195, 2022. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/2113>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- PEREIRA, F. P. A. **Discurso de ódio e antidemocrático da extrema-direita: os impactos para a erosão democrática e o aumento de violência contra minorias**. 2023. Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2023. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/154747>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- PEREIRA, M. H. F. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000300008>. Acesso em: 25 out. 2025.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. (Org.). **A realidade social das religiões no Brasil:** religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 165-191.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises:** o liberalismo e a nova direita no Brasil. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

SILVA, C.; NALINI, L. E. G. Religião e Mídias Sociais: a disseminação do discurso religioso no Facebook. **Revista Panorama**, Barra do Garças, v. 5, n. 1, p. 65-77, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/pan.v5i1.4326>. Acesso em: 10 maio. 2026.

SOUSA, M. T. *et al.* Desinformação e vilanização: as fake news para públicos religiosos nas eleições brasileiras de 2022. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 38, p. 87-102, maio 2024. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/ec/article/view/1436>. Acesso em: 15 maio de 2026.

VIEIRA, V. L. S.; NUNES, R. V. O “mal de Alzheimer nacional”: algumas reflexões sobre os usos políticos do passado e o ensino de história. **Caminhos da História**, Montes Claros, v. 23, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/2487>. Acesso em: 10 jan. 2026.

Recebido em: 17 de julho de 2026

Aceito em: 30 de agosto de 2026
